

**- Observatório de Política Externa Brasileira -
Nº 114**

27/10/06 a 02/11/06

Apresentação:

O Observatório de Política Externa Brasileira é um projeto de informação semanal da Graduação em Relações Internacionais, e um dos trabalhos executados pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), do Centro De Estudos Latino-americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, *campus* de Franca.

Equipe de redação e revisão: Suzeley Kalil Mathias (coordenação), André Guzzi (mestrando em Relações Internacionais pelo Programa San Tiago Dantas – UNICAMP UNESP PUC-SP – e bolsista FAPESP), Haroldo Ledandeck, Juliana Alves da Costa, Lisandra Crosara, Maria Paula de Barros Cantusio e Renata Avelar Gianini (mestranda em Relações Internacionais pelo Programa San Tiago Dantas – UNICAMP UNESP PUC-SP, bolsista CAPES e redatora responsável).

Petrobrás e YPFB assinaram novo contrato

No dia 29 de outubro, a Petrobrás concluiu um acordo com a estatal boliviana Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB) fixando a participação do governo boliviano em 50% no faturamento das atividades de produção de gás, na forma de impostos e royalties. Entretanto, a estatal boliviana contará com uma parcela adicional, que variará de acordo com o investimento, a produção, os preços e a depreciação. O contrato, que se refere à exploração dos campos de gás de San Alberto e San Antonio, foi considerado estratégico pela Petrobrás, com vistas ao abastecimento de gás natural no mercado brasileiro e ao fortalecimento da presença regional da empresa. O ministro dos Hidrocarbonetos boliviano, Carlos Villegas afirmou que a margem de lucro da Petrobras na Bolívia deverá ficar em torno dos 15% e garantiu o fornecimento de gás ao Brasil. Segundo o presidente da empresa brasileira na Bolívia, José Fernando Freitas, o novo contrato, que terá duração de 30 anos, é meramente operacional, entretanto, possui características semelhantes a um de produção compartilhada. De acordo com Freitas e com o ministro brasileiro das Minas e Energias, Silas Rondeau, os novos investimentos no país estão suspensos, uma vez que os termos do contrato ainda devem passar pela aprovação do Poder Legislativo boliviano. Relativamente ao preço do gás natural a ser vendido ao Brasil, Silas Rondeau afirmou que os mesmos ainda estão sendo negociados, bem como a situação das duas refinarias de derivados de petróleo da Petrobrás na Bolívia. O prazo para as negociações em torno do preço do gás foi prorrogado até o dia 10 de novembro, podendo ser adiado novamente, segundo Rondeau. A Petrobras já declarou, no entanto, que não aceita mudança na fórmula que estabelece hoje o valor pago pelo gás (entre

US\$ 3,70 a US\$ 4 por milhão de BTU). O presidente da Petrobrás, José Sérgio Gabrielli, afirmou, por sua vez, que o contrato refletiu um equilíbrio de interesses e garantiu o fornecimento de gás natural ao Brasil. O presidente da Bolívia, Evo Morales, declarou que após o fechamento dos contratos, estariam assegurados os direitos jurídicos das empresas que atuam em seu país. Pelo decreto da nacionalização do gás, aprovado pelos bolivianos em 1º de maio de 2006, as empresas que não assinassem novos contratos de exploração de gás, deveriam deixar de operar no país e as Forças Armadas bolivianas seriam chamadas à atuar contra as empresas que se recusassem a sair. A declaração preocupou o governo brasileiro, que pediu esclarecimentos ao governo boliviano relativamente à utilização das Forças Armadas contra a estatal brasileira no caso da não assinatura do contrato. O foro de arbitragem de eventuais conflitos ligados ao contrato assinado no dia 29 pela Petrobrás com a YPFB para produção e exploração de gás é a Justiça da Bolívia, já as eventuais disputas em torno dos contratos referentes às refinarias e ao preço do gás serão solucionadas em tribunais internacionais (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 27/10/06; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 28/10/06; Folha de S. Paulo – Brasil - 30/10/06; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 31/10/06; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 01/11/06; Folha de S. Paulo – Brasil – 01/11/06; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 02/11/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 27/10/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 28/10/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 29/10/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 30/10/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 31/10/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 01/11/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 02/11/06; O Globo – Economia – 27/10/06; O Globo – Economia – 28/10/06; O Globo – Economia – 31/10/06).

Brasil e UE selaram acordo sobre tarifas para frango

O porta-voz da União Européia divulgou, no dia 26 de outubro, mudanças no sistema do bloco em relação às tarifas e cotas de importação de frango. De acordo com o novo pacto foram alteradas as alíquotas para frango salgado e para preparações de carne de peru e de frango cozidas. No início de 2006, o governo brasileiro conseguiu que a Organização Mundial do Comércio condenasse as práticas da EU de modificar suas leis para que o frango brasileiro passasse a pagar uma tarifa de importação de 70% e não mais de 15,4%. Como forma de remediar o problema, os europeus decidiram negociar cotas para o produto brasileiro. Para o Brasil ficou reservada a cota de exportação de cerca de 336 mil toneladas dos produtos para o mercado europeu. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 27/10/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 27/10/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 28/10/06; O Globo – Economia – 28/10/06).



Relatório da Unesco classificou evolução da educação no país

O Brasil ficou em 72ª posição no relatório anual da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco), chamado “Educação para Todos”, que avalia o grau de desenvolvimento de 125 países de acordo com as metas traçadas em Senegal, em 2000, durante a Conferência Mundial de Educação. A posição é considerada intermediária e o que mais prejudicou o desempenho brasileiro foram as altas taxas de repetência e evasão no ensino fundamental. Para a Unesco, o Brasil deve ampliar de forma significativa a oferta de uma rede de educação para crianças em idade pré-escolar. O documento, no entanto, faz menções positivas ao governo brasileiro ao citar os programas de transferência de renda para os mais pobres, como o Bolsa Escola e o Bolsa Família e os efeitos por eles produzidos, de melhora na escolaridade das crianças mais pobres e de diminuição do trabalho infantil. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 27/10/2006; O Estado de S. Paulo – Vida & - 27/10/06).

Brasil queixou-se em relação à decisão da OMC

O Brasil queixou-se junto a Organização Mundial do Comércio (OMC), frente à decisão do órgão em atender o pedido dos Estados Unidos para que os árbitros que avaliam o processo sobre o subsídio de algodão fossem alterados. O governo brasileiro venceu a disputa que travou contra o governo norte-americano frente aos subsídios que aplicavam aos seus produtores de algodão. Os EUA, no entanto, recorreram e um novo tribunal será instalado para analisar a apelação. Para o Itamaraty, a decisão da OMC abrirá precedentes para que outros países peçam a alteração de árbitros no meio dos processos. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 28/10/2006; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 27/10/06).

EUA levaram Brasil à OMC

O governo dos Estados Unidos questionou uma medida do governo brasileiro para o setor industrial, denominada “MP do Bem”, na Organização Mundial do Comércio (OMC), deixando claro que considera certos pontos como subsídios “proibidos”. O programa de financiamento Finame, do governo de Luís Inácio Lula da Silva, também foi levado ao órgão internacional. A preocupação do governo norte-americano é de que o projeto apoiado no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) seja uma forma de subsídio governamental ao setor industrial do país. Inicialmente, a Casa Branca apenas enviou um questionário ao Itamaraty sobre as iniciativas do governo brasileiro. O mesmo já foi respondido e será avaliado pelas autoridades norte-americanas. A “MP do Bem” foi criada em junho de 2005 e estabelece vários incentivos para o setor industrial brasileiro, além de tentar promover investimentos e reduzir a

carga tributária. Para o Ministério da Fazenda do Brasil, a medida 'não infringe' as regras da OMC e, portanto, não haveria fundamentos em uma eventual queixa formal dos Estados Unidos. (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 27/10/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 28/10/06).

Brasil e Argentina não chegaram a acordo sobre cotas para eletrodomésticos

Empresários do setor industrial de Brasil e Argentina reuniram-se entre os dias 25 e 26 de outubro para discutir sobre as restrições dos eletrodomésticos brasileiros no mercado argentino. A discussão vem sendo travada desde o primeiro semestre de 2006, quando venceram os acordos firmados entre os países em 2004, os quais estabeleciam cotas “voluntárias” para as vendas. Assim, os brasileiros decidiram não aceitar negociar novos acordos que restrinjam a entrada de geladeiras, fogões e máquinas de lavar roupa na Argentina. (O Estado de S. Paulo – Economia – 27/10/06).

Lula foi cumprimentado por reeleição

Luiz Inácio Lula da Silva, presidente reeleito no Brasil, recebeu vários cumprimentos de lideranças internacionais pela sua reeleição desde o anúncio de sua vitória, no dia 29 de outubro. Entre as autoridades que manifestaram apoio a Lula estão: o presidente da Venezuela, Hugo Chávez; o presidente espanhol, José Luis Rodríguez Zapatero; o primeiro-ministro português, José Sócrates; o primeiro-ministro britânico, Tony Blair e o primeiro ministro francês, Jacques Chirac. O gabinete do presidente já agendou telefonemas de chefes de Estado, como Estados Unidos, Namíbia, Espanha, Líbia, Bolívia, Argentina, Equador e El Salvador. (Folha de S. Paulo – Brasil – 31/10/06).

AIE alertou o Brasil

Após o fechamento do acordo entre a Petrobrás e a Bolívia com vigência até 2036, no dia 29 de outubro, a Agência Internacional de Energia (AIE) soltou um alerta para que o Brasil diversifique seu fornecimento de gás natural para não ficar sujeito a decisões políticas tomadas na Bolívia ou outros países da região, seja através de investimentos na produção nacional de gás ou procurando outros fornecedores. Segundo um dos analistas da entidade, a AIE esperava maior resistência das empresas que operam no país andino. (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios - 31/10/06).

Relatórios sobre aquecimento global foram divulgados

Foi divulgado no dia 30 de outubro um relatório encomendado pelo governo britânico que avaliou o impacto econômico do efeito estufa em nível mundial. Intitulado "Relatório Stern" e comandado por Nicholas Stern, ex-economista-chefe do Banco Mundial, o documento revelou que o custo para que a emissão de gases responsáveis pelo efeito estufa fosse estabilizada equivaleria a 1% do PIB (Produto Interno Bruto) mundial até 2050, enquanto que, se nada for feito para combater a emissão de tais gases, os prejuízos poderão variar entre 5% e 20% do PIB mundial. A falta de ação levaria a um aumento de 5 graus Celsius na temperatura média da Terra, fazendo com que se aumente a possibilidade da Floresta Amazônica desaparecer, por exemplo. Desse modo, os países em desenvolvimento, como o Brasil, sofreriam os maiores prejuízos, pois não teriam tantos recursos como os países desenvolvidos para ajustarem suas economias a um planeta mais instável e quente. Stern relevou ainda, em seu relatório, a importância do uso de biocombustíveis – como o álcool –, no qual o Brasil se destaca. No mesmo dia, a Convenção de Mudanças Climáticas da ONU apresentou um balanço das emissões de dióxido de carbono (CO₂) no período entre 2000 e 2004, o qual aponta um crescimento de 4%. Os dois relatórios divulgados precedem uma nova rodada de negociações da ONU sobre o clima em Nairóbi, Quênia, que deverá começar no dia 10 de novembro e na qual o Brasil apresentará uma proposta de mecanismo de redução voluntária de desmatamento mediante compensação. (O Estado de S. Paulo – Vida & - 31/10/06; Folha de S. Paulo – Ciência – 31/10/06; O Globo – Mundo – 31/10/06).

Brasil melhorou índices de redução da fome

No dia 30 de outubro a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) apresentou o relatório 'O estado da insegurança alimentar 2006', o qual aponta que o número de pessoas malnutridas no Brasil caiu de 18,5 milhões em 1990 para 14,4 milhões em 2003. Segundo a organização, o Brasil possui alimentos suficientes para todos, mas o acesso a eles é prejudicado pela má distribuição de renda e a diminuição do número de malnutridos evidencia que o país está no caminho de atingir as metas estabelecidas pela ONU para a redução da fome até 2015. Apesar de apresentar bons índices de redução da fome no Brasil, o relatório indicou que a redução da fome no mundo está estagnada e que 854 milhões de pessoas ainda passam fome de forma crônica no mundo. (O Estado de S. Paulo – Vida & - 31/10/06; O Estado de S. Paulo – Vida & - 31/10/06; O Globo – Economia – 31/10/06).

BID divulgou relatório sobre dívida dos países da AL

Foi divulgado no dia 30 de outubro um relatório do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) o qual aponta que a dívida total dos países da América Latina está aumentando, e não diminuindo, como se pensava. Segundo o Banco, é necessário levar em conta não só a dívida externa dos países, mas também a dívida pública, fazendo com que a análise sobre a dívida total dos governos seja mais realista e precisa. (O Globo – Economia – 31/10/06).

Presidente Lula não comparece na XVI Cúpula de Chefes de Estado e de Governo dos países Ibero-americanos

No dia 03 ocorrerá a XVI Cúpula de Chefes de Estado e de Governo dos países Ibero-americanos, que contará com a presença de líderes como o rei Juan Carlos I, da Espanha, o presidente venezuelano Hugo Chávez, o mexicano Vicente Fox, o argentino Néstor Kirchner e o presidente interino de Cuba, Raúl Castro, irmão de Fidel Castro. O presidente Lula anunciou que não comparecerá à reunião, cujo principal tema será a emigração em massa de pessoas de países menos desenvolvidos para os mais desenvolvidos. Neste contexto, os países buscarão uma alternativa que contemple ambos os interesses entre países desenvolvidos e menos desenvolvidos, como a possibilidade de emigração e controle conforme a situação política e econômica do país receptor. A ausência de Lula foi lamentada pelo Uruguai que contava com o governo brasileiro para intermediar um acordo com a Argentina sobre a construção de fábricas de celulose na fronteira entre os dois países. (O Estado de S. Paulo – Internacional – 02/11/06)

Blix pede que Brasil autorize inspeções nas usinas nucleares

O presidente da Comissão Internacional de Armas de Destruição em Massa, Hans Blix, cobrou do Brasil a assinatura do protocolo adicional do Tratado de Não-Proliferação (TNP), que prevê inspeções mais profundas na cadeia de produção de combustível nuclear, além de uma posição pró-ativa no debate mundial sobre desarmamento. A cobrança foi feita ao presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo quando Blix entregou a ele o último relatório da comissão. A principal conclusão do relatório é a de que a redução dos arsenais com poder de destruição de massa foi mínima desde o fim da Guerra Fria. O governo brasileiro alega a não assinatura sob o pretexto de tais inspeções poderiam expor sua tecnologia de enriquecimento de urânio. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 02/11/06)

UE e Mercosul retomam negociação para acordo

Na próxima semana ocorrerá uma reunião entre os representantes da União Europeia (UE) e do Mercosul com o objetivo de retomar as negociações para um



acordo entre os dois blocos. A reunião ocorrerá em um contexto de paralização da Rodada Doha da Organização Mundial de Comércio (OMC) demodo que certos temas que a princípio seriam discutidos neste âmbito deverão ser incluídos na pauta de negociações entre os dois blocos, como a questão de investimentos. (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 02/11/06)

Embaixador brasileiro nos Estados Unidos é substituído

O atual embaixador do Brasil nos Estados Unidos Roberto Abdenur foi removido de seu posto no último dia 01. O presidente Lula declarou que uma de suas prioridades para seu novo mandato de governo será o fortalecimento das relações bilaterais Brasil-Estados Unidos, no entanto a remoção de Abdenur foi considerada uma surpresa já que o diplomata é visto como uma personalidade importante na reaproximação entre Brasil e Estados Unidos. Outros nomes cogitados para o posto são os do atual embaixador do Brasil em Moscou, Carlos Augusto Santos Neves, do embaixador em Buenos Aires, Mauro Viera, e do embaixador junto à Missão da ONU, Ronaldo Sardenberg. (Folha de S. Paulo – Brasil – 01/11/06)

Brasil e Suíça criarão centro de pesquisa

Os governos do Brasil e da Suíça assinaram ontem contrato para criação de um centro de pesquisas de nanotecnologia que possa fornecer às empresas nacionais inovações no campo industrial. O acordo permite ainda a instalação de uma fábrica para produzir inovações tecnológicas ao setor privado. O centro será em Minas Gerais e receberá investimento de US\$ 15 milhões, além da transferência de técnicos do Centro Suíço de Eletrônica e Micro-Técnica de Neuchatel para treinar pesquisadores. (O Estado de S> Paulo – Economia & Negócios – 01/11/06)